

RÁDIO E O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SAÚDE NO COMBATE AS ARBOVIROSES EM CAMPINA GRANDE¹

Ana Carolina Santos FERREIRA²

Cidoval Moraes de SOUSA³

Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB

RESUMO

Esta pesquisa que esta em conclusão para defesa final do Mestrado em Desenvolvimento Regional, na Universidade Estadual da Paraíba, visa compreender a relação da programação jornalística do rádio para o desenvolvimento de políticas públicas de saúde no combate das arboviroses, em Campina Grande na Paraíba. Utilizando a pesquisa de análise de conteúdo de natureza descritiva e qualitativa. Analisaremos para tal a atuação do rádio diante das demandas da saúde pública local no combate ao Aedes Aegypti, tendo como objeto de estudo o jornal Correio da Manhã, da Rádio Correio 98.1 FM.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento, Política Pública, Saúde, Comunicação, Rádio.

INTRODUÇÃO

O rádio é o meio de comunicação de massa que consegue ser instantâneo e memorável ao mesmo tempo. É com a programação jornalística que atualmente se mantém efetivamente firme e presente no dia a dia da sociedade que nele pauta suas necessidades diárias. Com a evolução tecnológica o ouvinte esteve a cada dia mais próximo do rádio. A sociedade começou a usar os meios de comunicação para fazer reivindicações, ampliando sua representatividade na busca por melhorias para as cidades, (GOMES, 2017).

Buscaremos compreender, nesta pesquisa, o papel do rádio como meio de comunicação na compreensão de saúde, relacionada à presença das arboviroses nacidade de Campina Grande, na Paraíba. Visando compreender assim o papel da mídia para a promoção da saúde como um bem social para além da cura e combate a doenças.

¹ Trabalho apresentado na DT-7 Comunicação, Espaço e Cidadania do 23º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 20 a 22 de junho de 2023.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (PPGDR/UEPB, email: anacarolinasantos782@gmail.com.

³ Orientador: Professo Drº no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – UEPB, email: cidoval@gmail.com.

Como atua o meio de comunicação, informação e educação que se torna um espaço essencial na busca pelo direito à saúde? Porque o acesso à saúde, que é um direito de todos, é visto como privilégio de poucos? Pensar a comunicação como espaço de agenda para a realidade social é ir além de debates políticos e identificar de fato como se comporta a sociedade, o Estado e os meios de comunicação nesta relação histórica, modificada pela tecnologia das mídias.

Como objeto de observação desta pesquisa, escolhemos o programa ‘Correio da Manhã’, transmitido pela Rádio Correio 98.1 FM, do Sistema Correio de Comunicação. O objeto foi escolhido para análise diante de sua atuação com o chamado jornalismo de serviço e influência sobre as camadas mais populares da sociedade. Sendo ainda fator contribuinte para tal escolha, nossa relação direta como atual produção executiva do programa.

Utilizamos nesta pesquisa a análise de conteúdo de natureza descritiva e qualitativa, dividindo em três etapas: A pré-análise com a leitura bibliográfica, coleta de material a ser estudado e na formulação de hipóteses e objetivos; Exploração do Material com recortes do tema e de objeto da pesquisa; e por fim o Tratamento dos resultados obtidos, com a identificação e sua interpretação. Com a observação, descrição, e interpretação do objeto estudado, buscou-se interpretar a realidade estudada, “sem nela interferir ou modificá-la, buscando observar, descobrir e descrever” tal realidade, Silva e Fossá (2013).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Schramm (1970), já defendia que os meios de comunicação aproximam da população novas realidades, os ensina a compreender o novo e buscar por melhorias. Além de informantes os veículos de comunicação muitas vezes são professores essenciais na transformação social. Com a nova realidade a sociedade encontra nos meios de comunicação o espaço de voz na luta e na mediação do acesso às políticas de saúde essenciais, diante da ausência do Estado. É neles que ela cobra por medicamentos que faltam nas UBS (Unidade Básica de Saúde), cirurgias atrasadas, falta de atendimento médico básico com a defasagem de profissionais nos bairros periféricos e

rurais, por exemplo. Atuando os meios de comunicação, diante das necessidades das massas, como mediador de conflitos.

Desde 1983 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) considera a comunicação como elemento fundamental do desenvolvimento, “um vetor que permite garantir participação política real na adoção de decisões, uma base de informação central para a definição das grandes opções e um instrumento que facilita a clara percepção das prioridades nacionais”. No processo de democratizar o acesso a políticas públicas para o desenvolvimento, os meios de comunicação de massa são essenciais na identificação do problema, e na conscientização da sociedade por meio da informação.

Em 2016 o Brasil viveu o pior momento no combate a Dengue, promovendo uma mobilização social e afetando diretamente a vida em sociedade, junto a Chikungunya e a Zika, todas causadas pelo *Aedes Aegypti*. Doenças pautadas constantemente nos meios de comunicação de massa, como o rádio, nosso objeto de estudo. O poder público (Estado) não absorve a responsabilidade do combate ao mosquito, no caso da dengue a culpa é sempre repassada para a sociedade que deixa água parada no quintal de casa, que joga lixo na rua, seguido de vários fatores que propiciam a proliferação do *Aedes*. O Estado entra como mero orientador ao fazer uso dos meios de comunicação para informar e educar a sociedade, sem de fato oferecer medidas eficazes com resultados a longo prazo nesse enfrentamento. Como defende Sousa (2021), a comunicação das autoridades de saúde junto aos meios de comunicação centra-se na forma ofertista, em que o foco é ofertar informações sobre a doença, o quanto mais melhor.

A sociedade que é vítima da doença se torna culpada por sua existência. A oferta de orientações não disponibiliza soluções para além do modelo químico. É preciso pensar em um sentido comunitário como um todo, pensar na infraestrutura social, no saneamento básico que atinge principalmente as regiões periféricas; na falta de água potável e a necessidade de acúmulo de água em casa, situações favoráveis a proliferação do mosquito e disseminação da doença. Neste contexto os meios de comunicação apenas reproduzem as falas das autoridades de saúde, como o que lhe é repassado,

exercendo um papel de educador social sobre o que é, como se tratara, como se combate e como tudo isso deve ser feito pela sociedade.

ANÁLISE DA PESQUISA

Para uma melhor compreensão dos meios de comunicação de massa na conscientização, educação, busca, e efetivação de políticas de saúde em Campina Grande, na Paraíba; observamos a atuação do programa Correio da Manhã, que integra a grade de programação jornalística da Rádio Correio FM (98.1).

O período de observação de nossa pesquisa foi de 2015, quando o país tinha um índice recorde de 1,6 milhão de casos de dengue desde 1990; até a primeira semana de outubro de 2022 (pós-pandemia da Covid-19). Ao analisarmos a mostra histórica de infestação do mosquito, consideramos o parâmetro usado pelo Ministério da Saúde para definir os riscos de infestação em baixo (menor ou igual a 0,9%), médio (1% e 3,9%) e alto risco (maior ou igual a 4%).

Para nossa análise sobre o rádio e a aplicação de políticas públicas de saúde local, realizamos uma observação direta do programa concentrando períodos com maior destaque para a pauta saúde/arboviroses no noticiário, durante 24 semanas do ano de 2022, entre os meses de abril e outubro. Observamos a presença do tema das arboviroses em pauta; de que forma foi abordado; e a presença do poder público diante da abordagem jornalística sobre Dengue, Zika e Chicungunya.

Observando uma maior presença da pauta arboviroses no noticiário nos meses de maio, junho e julho de 2022 quando a cidade registrava, segundo o Levantamento Rápido de Infestação, um índice de 4,0%, ou seja, alto risco de proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*. Neste período as constantes reclamações de ouvintes, tais como apelos e cobranças por ações do poder público. Consistiam em sua maioria a pedidos de circulação do carro fumacê; denúncias de casas abandonadas como ambiente propício para criadouro de mosquito; denúncia e pedido de limpezas de terrenos baldios; e relatos de aumentos de casos de arboviroses.

As respostas do poder público aos questionamentos consistiam na intensificação dos atos de conscientização social no combate ao mosquito *Aedes*; tendo no programa

espaço replicador de seu discurso na responsabilização social. Quando observamos as fontes (entrevistados e personagens) predominantemente eram especialistas na área, e ou representante oficial da secretaria de saúde Municipal ou Estadual.

Durante nossa observação constatamos que a presença do tema saúde no jornalístico centra-se como espaço dedicado a questionamentos sobre o funcionamento de ações do poder público ao mesmo tempo que se torna espaço de promoção das ações emergências, desenvolvidas pelo Estado/Município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise de nossa pesquisa observamos que os meios de comunicação exercem papel que vai além do informar. Ao se tratar do desenvolvimento de políticas de saúde podemos destacar as funções do informar, comunicar e educar exercidas pela mídia. Pois nela o problema enquanto necessidade é informado, e ao comunicar é exercido o papel de educador do rádio enquanto meio direto de contato com a sociedade em suas diversas esferas sociais. Ao falarmos de dengue destacamos ainda que é preciso uma educação além, é preciso educar ainda os jornalistas que replicam os discursos já enfatizados pela publicidade estatal. Não é a sociedade que não tem acesso a água potável e saneamento básico a única responsável pela proliferação do *Aedes Aegypti*. Lutamos diariamente contra um inimigo de todos, mas a responsabilidade é apenas da população? É apenas entrevistando autoridades em saúde que conscientizamos a população? Pautando o saneamento básico, e o direito ao acesso a água potável não seria uma porta para a ampliação do consciente social e político no enfrentamento de doenças que se beneficiam de condições sociais efêmeras para se proliferar? É preciso ir além do informar, e ampliar debates sem replicar discursos memorizados.

REFERÊNCIAS

SOUSA, Cidival Morais; VICTOR Cilene (org). A pandemia na sociedade de risco: perspectivas da comunicação [Recurso Eletrônico]/ Organizadores: Cilene Victor; Cidival Morais Sousa. – Campina Grande/PB: EDUEPB, p.417- 440, 2021

SCHRAMM, Wilbur. Comunicação de massa e desenvolvimento. - Rio de Janeiro, Unesco, 1970.

SILVA, Andressa Hennig; e FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. IX Encontro de ensino e pesquisa em Administração e Contabilidade. Brasília/DF – 3 a 5 de Novembro de 2013.

GOMES, Adriano Lopes. O radiojornalismo em tempos de internet [recurso eletrônico]/ Adriano Lopes Gomes, Emanuel Leonardo dos Santos. – Natal, RN: EDUFRRN, 2017.